

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/41700</b>	<b>54597/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DPO - DEPARTAMENTO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



### **3ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA**

#### **RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA 2ª DISCUSSÃO PÚBLICA**

#### **VERSÃO FINAL DA 3ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

#### **ENQUADRAMENTO LEGAL E FUNDAMENTAÇÃO**

O período de discussão pública da 3ª revisão do PDM de Braga decorreu de 6 de janeiro a 14 de fevereiro de 2025, tendo sido publicitada pelos meios legais previstos, nomeadamente no Diário da República (Aviso n.º 28273/2024/2, publicado em Diário da República N.º 243, 2.ª Série, de 16 de dezembro de 2024), na página da internet do Município, por edital (Edital 667/2024), nos jornais locais (Diário do Minho, 06/01/2025 e O Minho, 30/ 12/2024) e na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial.

No período de Discussão Pública foram registadas 1797 participações submetidas na plataforma online e na plataforma de gestão documental, das quais 1788 foram consideradas válidas. As participações submetidas foram apresentadas por um conjunto alargado de atores, nomeadamente: particulares, representantes das freguesias, empresas municipais, instituições de ensino e associações civis.

#### **PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

O Relatório de Ponderação dos resultados da Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga objetiva dar cumprimento ao preceituado no nº6 do artigo 89º conjugado com o previsto na alínea e), do nº3 do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão (RJIGT) na sua atual redação.

O RJIGT consagra, nos artigos 88º e 89º, princípios fundamentais de democracia participativa no planeamento territorial. O artigo 88º estabelece o direito à participação preventiva, permitindo que cidadãos, associações e entidades se envolvam, desde as fases iniciais da elaboração do PDM. Complementarmente, o artigo 89º, institui a discussão pública como procedimento obrigatório, garantindo que as propostas finais sejam submetidas ao escrutínio da população. Esta estrutura legal reconhece que o território é um bem comum e que as decisões sobre o seu ordenamento devem resultar de um processo inclusivo e transparente.

Em sede de discussão pública foram apresentados contributos que, como não poderia deixar de ser, mereceram a melhor atenção dos serviços. O direito à



participação pública decorre, também, do estipulado nos princípios gerais da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio (LBJPPSOTU), estando as políticas públicas e a atuação administrativa em matérias de solos, de ordenamento do território e de urbanismo subordinadas a vários princípios gerais, de entre eles o da participação dos cidadãos.

Uma vez findo o período de discussão pública, cabe à câmara Municipal proceder à ponderação e divulgação dos resultados, devendo ponderar as propostas apresentadas, bem como apresentar resposta fundamentada aos pedidos de esclarecimento formulados, no estrito cumprimento do regulado na alínea a), do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio e do n.º 6, do artigo 89.º do RJIGT, bem como elaborar a versão alterada da proposta de Plano.

### **ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Decorrente da ponderação das participações submetidas por particulares, associações civis e juntas de freguesia, bem como da intenção do executivo dar resposta a um conjunto alargado de anseios da população, após a discussão pública, foram efetuadas alterações com considerável abrangência à proposta de revisão do PDM. A caracterização das alterações mais significativas encontra-se identificada no capítulo 4.3. do Relatório de Ponderação.

No sentido de validar as alterações introduzidas na proposta, nesta fase, foram realizadas reuniões sectoriais com a Agência Portuguesa do Ambiente (17/06/2025): Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional — Agricultura (16/06/2025 e 05/08/2025) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (11/08/2025).

A proposta apresentada na sequência da discussão pública foi ajustada no sentido acordado com estas entidades, nomeadamente ao nível do domínio hídrico e ordenamento nas áreas abrangidas pelas exclusões da Reserva Agrícola Nacional, bem como ordenamento e UOPG.

As alterações introduzidas na proposta do PDMB na sequência da ponderação das participações resultam, nomeadamente:

- Da alteração, retificação e eliminação de vários artigos, pontos e alíneas do regulamento do PMDB, nomeadamente de parâmetros de estacionamento, regime edificatório de classes de espaços, entre outras;



- Alterações à classificação/qualificação do solo, correspondente ao aumento do solo urbano, de 7399,58 ha para 7449,06 ha, correspondendo a uma diferença positiva de 49,48 ha, o que representa 0,67% de aumento do solo urbano;
- Em especial, da alteração da classificação do solo na Zona Especial de Proteção do Bom Jesus do Monte, em virtude da necessidade de melhor controlar a pressão urbanística na área inscrita na lista de Património Classificado da UNESCO, tendo sido ajustado o solo urbano de forma a corresponder ao solo urbano da versão do PDM (PDM2015), com as necessárias adaptações à qualificação do solo do Plano em revisão;
- A criação, eliminação e retificação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, considerando sempre que possível as intenções manifestadas pelos proprietários, no sentido de operacionalizar a delimitações das Unidades de Execução no contexto das UOPG e concretizar a programação municipal prevista.

Assim, A Câmara Municipal entendeu submeter a proposta a nova discussão pública, nos termos do artigo 89.º do RJIGT, salvaguardando o direito à participação constitucionalmente consagrado no n. 5, do art. 65.º da CRP e art. 12.º do CPA e o princípio da ponderação de interesses, promovendo, assim, a oportunidade dos munícipes poderem pronunciar-se sobre as alterações introduzidas objetivando-se a transparência do procedimento, conforme deliberação em reunião de Câmara de 08 de setembro de 2025 e publicação em diário da república no aviso nº 23709/2025/2, de 25 de setembro.

Uma vez findo o 2º período de discussão pública, mais uma vez, cabe à câmara municipal proceder à ponderação e divulgação dos resultados, devendo analisar as propostas apresentadas, e apresentar resposta fundamentada aos pedidos de esclarecimento formulados, no estrito cumprimento do regulado na alínea a), do n.2 do artigo 6.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio e do n.º 6, do artigo 89.º do RJIGT e elaborar a versão final da proposta de Plano.

### **ALTERAÇÕES DECORRENTES DA 2ª DISCUSSÃO PÚBLICA**

Para além das participações que se integravam no âmbito da 2.ª Discussão Pública do plano, considerou-se ainda dar resposta às seguintes situações:

- Pequenas alterações cadastrais, sobretudo quando inerentes aos



limites das UOPG (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão), o que é admitido em conformidade com o disposto no n.º 4 do Artigo 82.º do Regulamento do plano;

- Alterações ao regulamento em face dos resultados da gestão urbanística com a proposta do plano apresentada na 1.ª discussão pública durante o período em que houve suspensão de procedimentos, desde que essas alterações não interfiram com capacidades de carga (índices e outros parâmetros quantitativos), com exceção da introdução de quadros relativos à parametrização da rede viária (largura de vias, passeios), porque é uma lacuna que se destina a dar cumprimento à portaria do dimensionamento dos espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias, de forma a substituir os valores desta pelos mais convenientes ao município.

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Nos termos e com os fundamentos mais bem explanados supra e no estrito cumprimento do preceituado no artigo 90, número 1 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), coloca-se à consideração do Órgão Câmara Municipal de Braga a aprovação dos seguintes documentos:

- Relatório de Ponderação da 2.º Discussão Pública da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga do qual consta a análise e conclusão do tratamento técnico dado às reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos Munícipes

e

- A versão final da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, composta pelo Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, bem como os demais documentos que o acompanham.

Seguidamente, e uma vez aprovados os supra referidos documentos, propõem-se:

- Nos termos do disposto no artigo 90, número 1 do RJIGT e artigo 25, número 1, h) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, que seja remetida, mediante proposta, à Assembleia Municipal a Versão final da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, composta pelo Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, bem como os demais documentos que



o acompanham, para que o Órgão, no âmbito das suas competências, proceder à aprovação da mesma.

Sequentemente, deverá ser promovida, após aprovação pela Assembleia Municipal, a publicação do aviso no Diário da República e a respetiva publicitação nos meios legais previstos.



**ANEXO****LISTA DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS****ELEMENTOS QUE CONSTITUEM****1.0.0. REGULAMENTO****1.0.1 ANEXOS DE REGULAMENTO****1. PLANTA DE ORDENAMENTO**

1.1 CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

1.2 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO

1.3 SALVAGUARDAS GERAIS

1.4.1 SALVAGUARDAS PATRIMONIAIS / CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

1.4.2 SALVAGUARDAS PATRIMONIAIS / CARTA DE ARQUEOLOGIA

1.5 MOBILIDADE

1.6 ZONAMENTO ACÚSTICO

1.7 RISCOS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

**2 PLANTA DE CONDICIONANTES**

2.1 CODICIONANTES GERAIS

2.2 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

2.3 PROTEÇÃO AO RISCO DE INCÊNDIO

**ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM****3 ESTUDOS SETORIAIS**

3.1 PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

3.2 PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

3.3 PLANTA DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

3.4.1 PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS

3.4.2 PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.4.3 PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS | GÁS, TELECOMUNICAÇÕES E RESÍDUOS SÓLIDOS

3.5 PLANTA DAS TIPOLOGIAS DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL



**4**      **PEÇAS ESCRITAS**

## 4.1.0    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

## 4.1.1    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO I – Rede Hidrográfica

## 4.1.2    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO II – Relatório de Reserva Agrícola Nacional

## 4.1.3    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO III – Relatório da Reserva ecológica Nacional

## 4.1.4    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO IV – Fichas do Património Inventariado

## 4.1.5    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO V – Fichas das Áreas de Sensibilidade Arqueológica

## 4.1.6    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO VI – Estudo de Ligações Viárias de Acesso Local

## 4.1.7    RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO | ANEXO VII – Percurso Pedonais

## 4.2      PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## 4.3      PROGRAMA DE EXECUÇÃO

## 4.4      RELATÓRIO DOS ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO

## 4.5.1    AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | RELATÓRIO AMBIENTAL

## 4.5.2    AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | RESUMO NÃO TÉCNICO

## 4.6      RELATÓRIO DOS COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

## 4.7      FICHA DE DADOS ESTATÍSTICOS

## 4.8      PARECER FINAL DA CCDR E ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA

## 4.9      RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

## 4.10    RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA SEGUNDA DISCUSSÃO PÚBLICA

## 4.11    DECLARAÇÃO AMBIENTAL

**5**      **DOSSIERS INDEPENDENTES**

## 5.1      PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA (2018)

## 5.2      CARTA EDUCATIVA (2019)

## 5.3      ESTRATÉGIA DA PAISAGEM (2020)

## 5.4      ESTRATÉGIA LOCAL DA HABITAÇÃO (2021)

## 5.5      PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2022)

## 5.6.1    MAPA DE RUÍDO (2023) | RELATÓRIOS





- 5.6.2 MAPA DE RUÍDO (2023) | MAPA ATUAL
- 5.6.3 MAPA DE RUÍDO (2023) | MAPA FUTURO
- 5.6.4 MAPA DE RUÍDO (2023) | CONFLITOS

